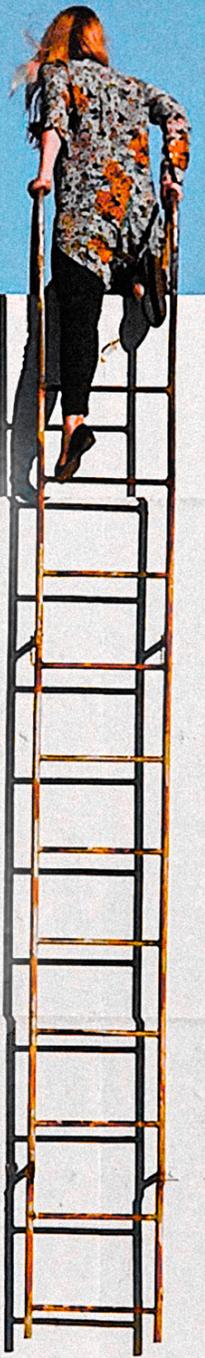


GEOGRAFIA POLÍTICA

Base Conceitual e Diversidade Temática

Org:
Daniel A. de Azevedo
Ricardo Nogueira



caliandra

Org:
Daniel A. de Azevedo
Ricardo Nogueira

Geografia Política:
Base Conceitual e
Diversidade Temática



BRASÍLIA - 2023

O conjunto que compõe este livro constitui um painel bastante amplo e consistente de questões que ocupam a agenda contemporânea da geografia política. A iniciativa é muito bem-vinda, permite ao leitor criar vínculos e conexões que não foram necessariamente previstos nos textos individualmente, mas que podem ser estabelecidos ao acaso das preocupações que guiam a leitura. Sua vocação é a de transformar-se em uma referência para todos aqueles interessados por essa área de estudo da geografia.

Paulo Cesar da Costa Gomes – Professor Titular do
Departamento de Geografia da UFRJ

Passadas pouco mais de três décadas desde o fim da Guerra Fria e da rigidez bipolar, ainda permanecem muitas incertezas acerca da natureza da assim chamada nova ordem contemporânea. O fato é que, atualmente, ainda não há um paradigma ou concepção teórica que explique, claramente, sua ontologia, diferentemente do que ocorria no âmbito da confrontação Leste-Oeste. Assim, neste complexo cenário em que os destinos de seus atores se entrelaçam num contexto favorável a conexões da mais variada ordem, essa obra organizada pelos professores Daniel Azevedo e Ricardo Nogueira, aporta relevante contribuição ao campo de estudo ao oferecer interpretações sobre a realidade mundial, reflexo das muitas incertezas que ainda permeiam os debates acerca da natureza de uma arquitetura internacional de poder notadamente assimétrica e desafiadora.

Fábio Albergaria Queiroz – Professor Adjunto
na Escola Superior de Defesa

A transmissão acadêmica de uma disciplina deve fazer-se mediante livros que abordem suas distintas temáticas. Na Geografia Política renovada isto é mais necessário, pois muitas vezes não conhecemos as possibilidades e os limites disciplinares que apresenta na atualidade. Daniel Azevedo e Ricardo Nogueira assumiram o desafio. Ademais, fizeram-no com uma decisão de enorme inteligência. O corpus da Geografia Política é elaborado a partir de autores e universidades do Brasil, e, conta, também, com autores estrangeiros, enriquecendo o resultado de um livro muito atrativo. Um livro concebido desde o Brasil, mas com vocação de tornar-se global.

Rubén C. Lois González
Vice-Presidente da União Geográfica Internacional (UGI)

Organizadores: Daniel A. de Azevedo
Ricardo Nogueira

Título: Geografia Política: Base Conceitual e Diversidade Temática

Volume: 1
Local: Brasília
Editor: Selo Caliandra
Ano: 2023

Equipe Técnica
Parecerista: Jackson Batista Bitencourt
Capa: Luiz H S Cella
Diagramação: Luiz H S Cella

Elaboração e informações
Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Campus Darcy Ribeiro, ICC Norte, Bloco B, Mezanino, CEP: 70.910-900 - Asa Norte, Brasília, DF
Contato: (61) 3107-7371
Site: caliandra.ich.unb.br
E-mail: caliandra@unb.br



Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International
(CC BY-NC-ND 4.0)

A total responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens dessa obra pertence ao autor.



Conselho Editorial

Membros internos:

Prof. Dr. Bruno Leal Pastor de Carvalho (HIS/UnB) Presidente

Prof. Dr. Herivelto Pereira de Souza (FIL/UnB)

Profª Drª Maria Lucia Lopes da Silva (SER/UnB)

Profª. Drª. Ruth Elias de Paula Laranja (GEA/UnB)

Membros externos:

Profª Drª Ângela Santana do Amaral (UFPE)

Profª Drª Joana Maria Pedro (UFSC)

Profª Drª Marine Pereira (UFABC)

Prof. Dr. Ricardo Nogueira (UFAM)

Membro internacionais:

Prof. Dr. Fernando Quiles García (Universidad Pablo de Olavide - Espanha)

Profª Drª Ilía Alvarado-Sizzo (Universidad Autonoma de México)

Profª Drª Paula Vidal Molina (Universidad de Chile)

Prof. Dr. Peter Dews (University of Essex - Reino Unido)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília - BCE/UNB)

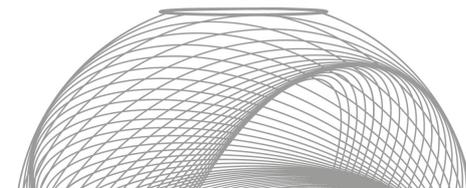
G345 Geografia política [recurso eletrônico] : base conceitual e diversidade temática / org: Daniel A. de Azevedo, Ricardo Nogueira. - Brasília : Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, 2023.
447 p. : il.

Inclui bibliografia.
Modo de acesso: World Wide Web:
<<http://caliandra.ich.unb.br/>>.
ISBN 978-85-93776-04-5.

1. Geografia política. I. Azevedo, Daniel A. de (org.). II. Nogueira, Ricardo (org.).

CDU 911.3:32

GRUPOS DE PESQUISA ENVOLVIDOS NA OBRA



GEPEDEM

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA
EM ESPAÇO E DEMOCRACIA

ÍNDICE

| | |
|----------------------|-----------|
| Prefácio..... | 12 |
|----------------------|-----------|

Aldomar A. Rückert (UFRGS)

| | |
|--|-----------|
| Introdução - O Campo da Geografia Política Contemporânea..... | 13 |
|--|-----------|

Daniel A. de Azevedo (UnB) e Ricardo Nogueira (UFAM)

I. BASE CONCEITUAL

| | |
|--|-----------|
| Capítulo 01 - Trazendo o Estado de Volta..... | 30 |
|--|-----------|

Iná Elias de Castro (UFRJ)

| | |
|---|-----------|
| Capítulo 02 - Nação e Nacionalismo: as Faces de um Conceito..... | 46 |
|---|-----------|

Ricardo José Batista Nogueira (UFAM)

| | |
|---|-----------|
| Capítulo 03 - Fronteiras: Rejeição, Apego, Obsessão..... | 66 |
|---|-----------|

Michel Foucher (Institut d'études politiques de Paris)

Tradução de Ricardo Nogueira (UFAM)

| | |
|---|-----------|
| Capítulo 04 - Persistência e Mudança das Fronteiras no Mundo Atual: dialogando com Michel Foucher..... | 75 |
|---|-----------|

Michel Foucher (Institut d'études politiques de Paris)

Comentário de Wanderley Messias da Costa (USP)

| | |
|--|-----------|
| Capítulo 05 - Regionalizações do Mundo e Integração Macrorregional: por um Aumento da Generalidade Geográfica | 89 |
|--|-----------|

Nora Mareï (Université Paris 1) e Yann Richard (Université Paris 1)

Tradução de Camilo Pereira Carneiro (UFG) e Eduarda Pereira Santos (UFG)

| | |
|--|--|
| Capítulo 06 - A Paisagem na Geografia Política: da Morfologia à Paisagem como Recurso...111 | |
|--|--|

Dirceu Cadena (UFC) e Rafael Winter Ribeiro (UFRJ)

II. DIVERSIDADE TEMÁTICA

Capítulo 07 - Do "Sul Global" ao "Meridionalismo": a Conscientização Geopolítica dos “Povos Sem História”.....130

André Roberto Martin (USP) e Izan Reis de Araújo (USP)

Capítulo 08 - A Espacialidade da Democracia: Entre Espaços Políticos e a Geografia

Eleitoral.....147

Daniel A. de Azevedo (UnB)

Capítulo 09 - Abordagens da Geopolítica Ambiental na Contemporaneidade: as Escalas das Ações em um Contexto de Emergência.....174

Luís Paulo Batista da Silva (UFBA)

Capítulo 10 - Políticas Públicas e Geografia: dos Modelos Político-Institucionais para o Problema da Interação Sociedade-Estado-Espaço.....195

Juliana Nunes Rodrigues (UFF) e Guilherme Félix Machado Filho (PPGG/UFRJ)

Capítulo 11 - Geopolítica e Circulação: Eixos e Articulações Macrorregionais Sul-

Americanos215

Hervé Théry (CNRS/USP) e Thiago Oliveira Neto (UFAM/USP)

Capítulo 12 - Instituição e Justiça Territorial como Possibilidade de Análise na Agenda da Geografia Política.....230

Antonio Angelo Martins da Fonseca (UFBA)

Capítulo 13 - Regionalização como Gestão do Território: pelo Retorno da Funcionalidade.....254

José Donizete Cazzolato (Centro de Estudos da Metrópole)

Capítulo 14 - Geografia Política e Ensino: Contribuições para a Construção de um Conhecimento Geográfico Escolar Poderoso.....278

Rejane Rodrigues (PUC-Rio) e Marcelo Alonso Moraes (Colégio Pedro II/Escola Alemã Corcovado)

III. HOT SPOTS

| | |
|---|------------|
| Capítulo 15 - Antártica: a Ciência como Instrumento Geopolítico..... | 298 |
| <i>Paulo E.A.S. Câmara (UnB/ESD) e Leonardo F. Mattos (Escola de Guerra Naval)</i> | |
| Capítulo 16 - Ásia: Geopolítica, Política Externa e a Projeção do Brasil em Direção à Ásia..... | 313 |
| <i>Pablo Ibañez (UFRRJ) e Gustavo Westmann (Diplomata brasileiro)</i> | |
| Capítulo 17 - Europa: Retomando o Controle? A Lição do Brexit para a Geopolítica Clássica..... | 335 |
| <i>John Agnew (Universidade da Califórnia em Los Angeles)</i> | |
| Capítulo 18 - Estados Unidos: a Geografia Política da Urbanização Americana e Por Que Ela é Diferente..... | 347 |
| <i>Kevin Cox (The Ohio State University)</i> | |
| Capítulo 19 - África: Os Conflitos na África Subsaariana: Territórios, Redes e Escalas da Conflitualidade no Sahel Central..... | 368 |
| <i>Frédéric Monié (UFRJ) e José Guambe (Universidade Pedagógica de Maputo/Moçambique)</i> | |
| Capítulo 20 - América Latina: Geografia Política das Crises Presidenciais na América Latina: Estabilidade Institucional, Viés Ideológico e Padrões Territoriais..... | 396 |
| <i>Christian Fernando Scaramella (Universidad de Buenos Aires/FLACSO)</i> | |
| Capítulo 21 - As Guianas: Labirintos Geopolíticos das Três Guianas nos Processos de Cooperação e Integração Regional..... | 416 |
| <i>Gutemberg de Vilhena Silva (UNIFAP), Stéphane Granger (Liceu Melkior Garré – Guiana Francesa), Bruna Brito Bastos (UNIFAP)</i> | |
| Sobre os Autores..... | 438 |

PARTE I

BASE

CONCEITUAL

REGIONALIZAÇÕES DO MUNDO E INTEGRAÇÃO MACRORREGIONAL: POR UM AUMENTO DA GENERALIDADE GEOGRÁFICA²²

Nora Mareï

Université Paris 1
nora.marei@cnrs.fr

Yann Richard

Université Paris 1
yann.richard@univ-paris1.fr

Introdução

Rejeição do Tratado Constitucional Europeu nos anos 2000, anúncio por Donald Trump do desmoronamento do NAFTA, BREXIT, a dificuldade europeia em falar a uma só voz sobre numerosos temas... A integração macrorregional tem chumbo nas asas. Contudo, a atualidade não deve nos cegar. Os sinais mostram que as construções macrorregionais não estão em fase de extinção. Em primeiro lugar, nós vimos que as negociações entre o Reino Unido e a União Europeia (UE) foram muito difíceis. Isto, em parte, está ligado ao fato de que as duas partes sabem o que elas têm a perder com a desintegração. Os britânicos e os países-membros tentarão salvar e manter as relações intensas que construíram ao longo do tempo.

Em segundo lugar, a saída do Reino Unido tornou-se ainda mais difícil pelo fato de os outros 27 países-membros terem permanecido solidários. Não houve uma dissolução da União Europeia. Em terceiro lugar, a Croácia recentemente anunciou sua ambição de entrar na Zona Euro antes de 2025 e as discussões sobre o alargamento da UE nos Balcãs estão bem encaminhadas. Em quarto lugar, o NAFTA, mesmo substituído pelo Acordo Estados Unidos-México-Canadá, em última análise não foi derrotado, longe disso. Foi, no máximo, alterado aqui e ali e as economias dos três países

22 Texto original: MAREÏ, Nora; RICHARD, Yann. Régionalisations du monde et intégration (macro)régionale. Pour une montée en généralité géographique In: *Belgeo Revue belge de géographie* n. 4, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/belgeo/pdf/43451>. Agradecemos ao autor e à revista por terem aceitado sua republicação nessa coletânea. Tradução de Camilo Pereira Carneiro (UFG) e Eduarda Pereira Santos (UFG).

continuam fortemente integradas. Em quinto lugar, certos desafios e certas realidades sociais, econômicas e políticas há muito tempo que romperam as amarras com as estruturas limitadas e muitas vezes restritas dos Estados-nações. Estes últimos não são atores desqualificados, mas suas competências são cada vez mais partilhadas e sua rede se encontra superada por outras escalas.

Finalmente, deve-se notar que a crise sanitária de 2020 fragilizou a mundialização e, em particular, a dependência excessiva das cadeias de produção em relação a economias distantes: surgiram, assim, apelos para repensar as zonas de produção na proximidade e na vizinhança. Dessa forma, a integração macrorregional permanece um objeto de estudo importante e legítimo. Por um lado, muitas pesquisas convergem para a ideia de que a mundialização, no fim das contas, não aboliu nem as distâncias, nem a utilidade da proximidade geográfica. Certas restrições espaciais continuam pesando sobre as trocas, sobre a densidade e sobre a qualidade das interações entre as sociedades. Mesmo em um mundo globalizado, riscado por redes que agitam as territorialidades clássicas, construir relações com sua vizinhança pode ser útil ou mesmo inevitável. Por outro lado, as crises da União Europeia não devem ocultar o que acontece em outras partes do mundo.

Desde os anos 2000, por exemplo, os países do Sudeste Asiático trabalham na construção de um sistema regional reforçado, seguindo um caminho diferente do da Europa. Então, o que é a integração macrorregional? É apenas uma questão de governos e de tratados bi ou multilaterais? O que está em jogo em outros níveis, especialmente entre atores não-institucionais? Terminar um acordo apaga tudo que foi construído no terreno por outros atores como as sociedades civis, as coletividades territoriais, as empresas, as associações etc.?

As construções macrorregionais multiestatais merecem ser exploradas pelos geógrafos. Estes últimos permaneceram discretos sobre este tema por um longo tempo, enquanto a produção científica em outras disciplinas oferece uma notável abundância de estudos teóricos e empíricos. A discrição dos geógrafos está relacionada a uma certa dispersão, pois atualmente não existe uma equipe cujo trabalho seja inteiramente dedicado a este tema. Por sua vez, algumas equipes de pesquisa em economia, por exemplo, possuem linhas de estudo explicitamente orientadas ao tema da integração macrorregional. Podemos citar, a título de exemplo, a Fundação para os Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento Internacional (FERDI, sigla em francês), em Clermont-Ferrand, e o Grupo de Pesquisa sobre a Integração Continental (GRIC, sigla em francês) em Montreal. Uma certa fragilidade teórica dos geógrafos também deve ser notada, porque o esforço para aumentar a generalidade e a ordenação dos conceitos foi mais precoce e muito mais avançado em outras disciplinas (Marej; Richard, 2018). Os geógrafos têm, portanto, muito a dizer sobre a integração macrorregional por uma razão evidente: sua *expertise* sobre os temas de integração espacial e da região é inquestionável.

A integração regional: um tema essencial para algumas disciplinas

Três disciplinas dominam incontestavelmente o campo de pesquisa: a Economia, a Ciência Política e o Direito Internacional. É impossível ignorá-las, mas com um olhar mais de perto notamos que os trabalhos produzidos são dispersos. Não há consenso entre os pesquisadores sobre os quadros teóricos mobilizados e sobre a definição de certas palavras. “Regionalização”, “regionalismo” e “integração regional” proliferam nas publicações científicas, mas seus sentidos são frequentemente vagos. Enfim, não é raro que as noções sejam utilizadas sem estarem definidas, ainda que nós terminemos, às vezes, por não saber mais do que falamos.

Algumas disciplinas pioneiras contribuíram muito ao conhecimento da integração macrorregional. Porém, independentemente de suas qualidades científicas, os estudos disponíveis apresentam certos vieses. A Ciência Política, as Relações Internacionais e o Direito Internacional adotam, na maioria dos casos, abordagens estado-cêntricas, nas quais os governos são apresentados como os atores principais (Hoffman, 1990; Hoffman; Keohane, 1991) e os Estados como pontos principais, senão os únicos, do regionalismo e da integração. Nós podemos citar, a título de exemplo, a definição de integração regional proposta por um cientista político na enciclopédia de pesquisa Oxford:

A teoria da integração regional procura explicar o estabelecimento e desenvolvimento de organizações internacionais regionais. As questões-chave são por que e sob quais condições os Estados decidem transferir autoridade política para organizações regionais; como as organizações regionais expandem suas tarefas, competências e membros; e que impacto eles têm sobre os Estados e sociedades em suas regiões. Enquanto a teoria da integração regional começou com um amplo escopo regional comparativo nas décadas de 1950 e 1960, desde então ela se concentrou na integração europeia e na União Europeia²³ (Schimmelfennig, 2018, p.130).

Em Direito Internacional, há integração desde que os Estados criem conjuntos de instituições comuns no âmbito de um acordo regional. Por consequência, o NAFTA não é uma integração macrorregional porque os países membros não criaram instituições. Em Economia, são os trabalhos de Béla Balassa que servem de referência

23 “Regional integration theory seeks to explain the establishment and development of regional international organizations. Key questions are why and under which conditions states decide to transfer political authority to regional organizations; how regional organizations expand their tasks, competencies, and members; and what impact they have on states and societies in their regions. Whereas regional integration theory started with a broad comparative regional scope in the 1950s and 1960s, it has since focused on European integration and European Union” (N.T.).

para medir os níveis da integração, se apoiando em uma escala que vai do acordo de livre comércio ao mercado único etc. (Balassa, 1961; Baldwin 1993; Frankel et al., 1995; Baldwin, 1997), como as abordagens que dão uma importância muito grande às impulsões e às dinâmicas institucionais. Um acordo regional comercial assinado pelos governos é suficiente para criar uma região. Esta abordagem estadocêntrica foi rejeitada, entre outros, pela Sociologia das Relações Internacionais, que garante uma atenção maior a outros atores, independente do seu nível e da sua natureza (Saurugger, 2010).

A abordagem neofuncionalista da integração evita a armadilha do estadocentrismo ao observar tanto os Estados como os atores não-estatais e as instituições supranacionais (Haas, 1958). Com outras abordagens, as tendências que nós chamamos de “novo regionalismo”, no quadro mais amplo do construtivismo social, propõem análises onde os Estados, os atores econômicos (os mercados) e as sociedades civis são levadas em conta de forma igual, a fim de se compreender e analisar as modalidades de integração (Hettne; Söderbaum, 2000; Slocum; Van Langenhove, 2004).

O espaço geográfico é, em geral, desprovido de pesquisas produzidas nessas disciplinas. É, ainda, uma espécie de plano de fundo distante, mais ou menos determinado (Mansfield; Milner, 1999). Raros são os cientistas políticos que colocaram o espaço no centro de seus trabalhos e, aqueles que o fizeram, dentro os quais Bruce Russett (1967) e William Thompson (1973), foram pouco acompanhados. Eles estavam interessados na noção de “região internacional” no âmbito de reflexões sobre os regimes internacionais, mas o conceito de região continua vago porque o princípio de contiguidade espacial, considerado como uma condição necessária para os geógrafos falarem de região, não é mais do que um critério possível, mas não necessário, entre muitos outros. Robert Keohane e Joseph Nye (2000) questionaram há muito tempo a distância adequada para falar de região. Segundo eles, é possível declinar a noção de distância indo do regional ao global. Porém, os autores não disseram além de qual limite nós podemos considerar que uma distância não é mais regional.

Nessas abordagens nós levantamos certas fraquezas. Por exemplo, os internacionalistas postulam seguidamente a existência dessa ou daquela região sem se preocupar em demonstrá-la (Vayrynen, 2003) e assegurar que ela exista em um plano funcional. Um acordo comercial bastaria para instituí-la. Isto é o que afirmam o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Para o primeiro: um acordo de comércio regional é um tratado entre dois ou mais governos que definem as regras para todos os signatários. Para a segunda, acordos regionais de comércio são acordos comerciais preferenciais recíprocos entre dois ou mais parceiros. A ideia de continuidade espacial, inerente à região dos geógrafos, é carente dessas definições. Além disso, algumas publicações em Economia se apoiam, às vezes, sobre recortes *a priori* do mundo, sem distância crítica, e, colocam sobre o mesmo plano, conjuntos ditos “regionais”, finalmente pouco comparáveis. É isto que é feito há muito tempo no relatório anual da OMC sobre o comércio internacional (Siroën, 2000).

As análises clássicas têm frequentemente um caráter mono-setorial porque elas se limitam a um domínio, o que resulta numa representação excessivamente esquematizada da realidade. Em Economia, poucos autores possuem um olhar global sobre a integração macrorregional (GEMDEV). Alguns economistas tomam outros cami-

nhos: Henri Regnault (2008), por exemplo, localiza suas análises além da esfera estritamente econômica das trocas comerciais e emite dúvidas sobre a validade das classificações tradicionais do regionalismo. Em seus trabalhos, o sistema comercial, dito “regional”, corresponde ao que ele chama de “um querer viver junto” ou, no mínimo, a consciência de um “dever viver junto” que faz disso um projeto geopolítico global.

Podemos mencionar também os trabalhos de P. Hugon, que recorda que a integração macrorregional pode ter um caráter espontâneo não institucional. Ele menciona também que ela não se limita à economia e ao comércio; pode ser acompanhada de iniciativas comuns em matéria de segurança e desenvolvimento, por exemplo. Enfim, aquele autor demonstra que ela pode ser de fato um resultado de “práticas de atores componentes de redes comerciais, de redes financeiras, culturais e tecnológicas sobre os territórios regionais”, procurando, entre outras, tirar partido de complementariedades entre territórios vizinhos (Baldwin; Venables, 1995; Baldwin et al., 1997; Hugon, 1999; 2003).

Vitalidade da pesquisa sobre macrorregiões em Geografia

Em Geografia, os grandes conjuntos regionais são temas de estudos relativamente recentes, mesmo se os geógrafos têm contribuído desde muito tempo para a definição espacial dos continentes ou se certos trabalhos precursores já são clássicos (Claval, 1968; Didelon, 2013). A variedade das abordagens regionalizadas do mundo nos trabalhos recentes testemunha a vitalidade da disciplina. Mas, isso traduz, também, uma ausência de consenso sobre os conceitos e sobre os métodos (Mareï; Richard, 2018).

Para sintetizar, nós podemos apresentar o estado da pesquisa atual considerando que existem três grandes tipos de abordagem geográfica das grandes regiões ditas mundiais. Neste caso, nós não mencionamos a pesquisa de grandes regiões homogêneas porque a utilidade e a pertinência do princípio da homogeneidade em Geografia Regional foram por muito tempo questionadas (Juillard, 1961). Se já é difícil estabelecer em escala intraestatal, ela se revela mais improvável ainda para as regiões multiestatais (Claval, 1968; Didelon, 2013). Uma primeira abordagem regionaliza o mundo fazendo recortes continentais. Isso consiste em delimitar *a priori* os conjuntos espaciais de grande dimensão sobre o planisfério e estudar, em seguida, a organização externa sem justificar os limites e sem dedicar atenção particular à integração macrorregional. Esse viés é muito recorrente e fundamenta uma parte notável da literatura geográfica dita “regional”.

É, em geral, a escolha feita por diversos autores que estudam grandes conjuntos continentais. Entre outros exemplos, nós podemos citar os numerosos estudos de Geografia da Europa (Gottman, 1962; Frémont, 1996; Vandermotten; Dézert, 2008), que partem da hipótese mais ou menos explícita de que existe uma região “Europa”. Isto é colocado como “algo que já está lá”. Essa forma de proceder resulta no risco de

uma excessiva naturalização dos conjuntos geográficos assim definidos, mesmo se os autores destacam seguidamente que os limites da Europa são um puro tema de representação e convenção e são, no final das contas, impossíveis de serem definidos.

Isso vale para outras partes do mundo igualmente postuladas *a priori* como regiões: as Geografias da África, da Ásia etc. são numerosas. Na maioria dessas publicações, a região escolhida, oriunda geralmente de uma espécie de tradição e da força do recorte continental tradicional do mundo, é mais postulada do que demonstrada. Em um espírito um pouco diferente, mas não tão distante, nós podemos mencionar todas as Geografias universais publicadas desde o século XIX, nas quais os autores também impuseram recortes do mundo pouco ou nada justificados e utilizaram critérios *ad hoc* (Arrault, 2007; Didelon, 2013).

Uma segunda abordagem consiste igualmente em reportar *a priori* o mundo em conjuntos regionais multiestatais, sem justificativa particular dos seus limites, mas com o objetivo explícito de estudar as ferramentas e os efeitos da cooperação interestatal e eventualmente da integração. É isso o que faz, por exemplo, Christian Taillard (2004) em uma obra coletiva sobre o Leste da Ásia. Essa publicação interdisciplinar aborda o problema da regionalização de maneira global e multissetorial (economia, turismo, geopolítica, regionalismo econômico e político, diáspora chinesa, migrações e trabalho, cooperações tradicionais...). Os autores denunciam os problemas de método e as imprecisões recorrentes do vocabulário em torno dos temas da regionalização e da integralização macrorregional. Mas, no final das contas, não se questionam sobre a pertinência da categoria geográfica “Leste da Ásia”. Esse conjunto regional é postulado e os limites propostos são clássicos porque os autores decidiram incluir todos os países situados na costa ocidental do Pacífico, ou seja, o Sudeste Asiático, a Coreia, a China e o Japão.

A escolha do recorte *a priori* é feita igualmente por geógrafos como François Tagliani e Jean-Marie Théodat (2007) em um livro sobre a América Latina, no qual estudam certas dinâmicas internas que resultam, segundo eles, do regionalismo e da integração macrorregional. No mesmo espírito, com abordagens por vezes geopolíticas, nós podemos mencionar as análises de Rückert e Carneiro (2018) e Girault (2009) sobre a América do Sul; de Medina sobre a América Central (Medina-Nicolas, 2007; 2009); de Bachmann e Sidaway sobre a África (Bachmann; Sidaway, 2010; Bachmann, 2011; Sidaway, 1998); de Mohamed-Chérif e Ducruet sobre a África do Norte (2016); e de Poon sobre o Leste da Ásia (2001). Nos estudos de Geografia Regional, as abordagens são tanto globais (análise de muitos domínios) tanto como setoriais (Carrizo; Velut, 2018; Palle, 2018).

Existe também uma literatura muito abundante sobre as dimensões e os efeitos geográficos da construção europeia em diferentes escalas, com temas privilegiados recorrentes, como a cooperação fronteiriça (Reitel; Wassenberg, 2015), as ferramentas e os efeitos da política regional (Elissalde; Santamaria, 2008; Faludi, 2008; Bolineau, 2017) e da política de coesão (Baudelle; Mérenne-Schoumaker, 2011; Baudelle; Le Bihan, 2017), a governança (Mamadouh; Van der Wüsten, 2009), etc.

Uma terceira abordagem não propõe definição *a priori* de conjuntos geográficos de grande dimensão. Parte, por exemplo, da hipótese que a proximidade geográfica

é um fator determinante da distribuição geográfica de certas práticas sociais, isto é, os geógrafos se interessam pela distribuição de certos indicadores e/ou pela distribuição espacial de fluxos e de trocas de toda natureza (comércio, migrações, turismo, investimentos e outros fluxos financeiros etc.). No primeiro caso, procuram identificar as grandes regiões mundiais homogêneas utilizando, por vezes, métodos quantitativos finos (Beckouche; Grasland et al., 2008). No segundo, medem as intensidades de relações e interações entre as unidades espaciais – utilizando de bom grado a modelização – ou reconstituem a Geografia de certas cadeias de valor. Elaboram, enfim, restituições cartográficas *a posteriori* de todos os fatos observados e medidos. Quando os dados estatísticos são insuficientes, apelam a métodos mais qualitativos de observação multi-localizada (Retaille, 2012) e de coleta de informações no terreno (Marfaing; Wippel, 2004). A restituição cartográfica permite revelar ou não a concentração regional de certos fatos sociais, eventualmente as interdependências entre os territórios, além de apresentar a existência eventual de sistemas espaciais de grande dimensão (Reynaud, 1981; Dollfus, 1994; Poon, 1997; Taillard, 2004; Didelon; Grasland, 2007; Beckouche, 2008; Richard; Zanin, 2009; Grasland; Van Hamme, 2010).

Essas abordagens indutivas demonstram o interesse de revelar eventuais conjuntos regionais que jamais não são pressupostos. Nós destacamos, ainda, que seus contornos não correspondem em geral nem a recortes tradicionais do mundo, tais como os continentes, nem a acordos comerciais regionais. Essas abordagens lembram inevitavelmente aquelas de Fernand Braudel a propósito das “economias-mundo”, não sendo todas “regionais” no sentido próprio, porque o referido autor nunca apresentou a continuidade espacial como um critério explícito e absoluto.

Um necessário retorno aos fundamentos geográficos

Complementando as abordagens empíricas, um esforço de esclarecimento do aumento da generalidade e, sobretudo, de conceitualização da integração macrorregional é necessário. Esse esforço pode se apoiar facilmente sobre duas noções geográficas fundamentais: a integração espacial e a região. Partindo dessas noções, é preciso, em seguida, propor as definições de regionalização, de regionalismo e de integração macrorregional, partindo do postulado de que são noções diferentes e não intercambiáveis.

Região e integração espacial: duas noções geográficas fundamentais

A noção de região é muito familiar a todos os geógrafos. Regionalizar é um dos atos fundamentais da Geografia desde muito tempo (Claval, 1995), mesmo se, atual-

mente, a região não ocupa mais uma posição tão central, como ocorreu em outros momentos na disciplina. É definida de várias maneiras: uma divisão espacial mais ou menos arbitrária de um conjunto maior, uma unidade de gestão política e administrativa (um perímetro operacional de gestão) (Montello, 2003) ou uma realidade funcional (Juillard, 1962; Seys, 2019). Nesse último sentido, trata-se de uma porção de espaço contínuo, sem presunção de tamanho, definido pela sua homogeneidade interna (Haggett, 1973) e/ou pelas interações internas mais fortes (trocas, deslocamentos, relações sociais...) do que com o meio exterior (Hartshorne, 1939; Juillard, 1962; Boudeville, 1964; Montello, 2003). É um espaço contínuo coerente, fortemente integrado, geralmente identificado em nível infra estatal. Em todo caso, a região dos geógrafos é, antes de tudo, uma construção social, não importando a forma de organização do espaço (Allen et al.; Paasi, 2010). Nesse sentido, é dinâmica, seus limites são móveis e fluidos (Ruffray, 2007). Ela pode se fazer e se desfazer, mas ela forma um conjunto autônomo e coerente, dotada de uma certa estabilidade no tempo (Claval, 1968).

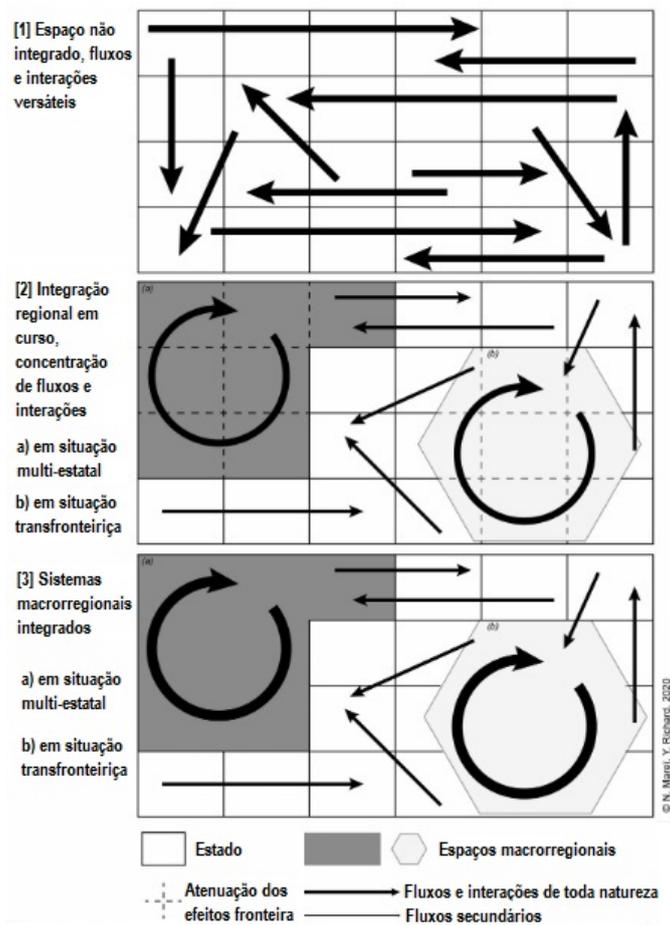
No mais alto nível de generalização, a integração espacial designa a interdependência crescente entre as partes constitutivas de um todo, ou melhor, a inclusão de uma unidade espacial em um sistema já existente, o que causa uma transformação recíproca dos elementos primordiais (Nonn; Martin, 1980). O resultado da integração espacial é a construção de uma nova realidade geográfica (Marcuse, 1997). Essa nova realidade é mais do que a soma de suas partes e é liberada de efeitos-barreira internos, mas ela não constitui necessariamente um todo homogêneo (Lee, 2003). Essa definição remete às noções conexas como a acessibilidade e a conectividade. Ela apresenta a vantagem de poder ser utilizada em diferentes escalas, já que pode designar interações entre as regiões (Dabinett; Richardson, 2005), as unidades territoriais infra estatais (Anderson; Wever, 2003; Decoville et al., 2013), cidades (Van Oort; Burger; Raspe, 2010), os espaços em escala intraurbana (Hansen; Serin, 2007; Sohn; Reitel; Walther, 2009), etc.

A integração espacial pode ser setorial (ou seja, limitada a um domínio) ou multissetorial global (concernente a todas as interações econômicas, políticas e sociais em sentido mais amplo). A integração espacial designa também, segundo certos autores, a redução das diferenças entre os territórios (De Boe; Grasland; Healy, 1999). Essa modalidade de integração é sinônimo de convergência e de homogeneização. As duas formas de integração (interação ou convergência) não são necessariamente correlacionadas (Topaloglou et al., 2005). Quando a integração se baseia no crescimento das interações internas, o sistema espacial integrado é constituído de unidades complementares e forma um conjunto heterogêneo, chegando a ser frequentemente assimétrico, heterogêneo e estruturado por relações de tipo centro-periferia (Reynaud, 1981).

O regionalismo e a regionalização segundo os geógrafos

Em escala macro, a integração regional deve ser diferenciada do regionalismo e da regionalização (Figura 1). A definição de regionalismo traz poucos problemas. Nós falamos de regionalismo quando um ou mais atores decidem estabelecer uma prioridade para as suas relações de vizinhança em sua ação exterior. O regionalismo não é um processo espontâneo, já que supõe, sobretudo, uma ação consciente e planificada, uma estratégia implementada em um dado momento pelos atores situados em uma mesma parte do mundo.

Figura 1. A regionalização e o regionalismo: dois conceitos bem distintos



Fonte: dos próprios autores.

Nós podemos falar de regionalismo, por exemplo, quando muitos Estados vizinhos decidem baixar as barreiras fronteiriças que os separam. Os atores do regionalismo são, de longe, seguidamente, os Estados que desejam dar um caráter mais

organizado ou mais bem regulado às suas relações de vizinhança e que desenvolvem a sua cooperação em certos domínios. O regionalismo se traduz pela assinatura de acordos que dão um caráter estruturado à cooperação, definindo os seus limites e objetivos.

Por sua vez, aplicada à dinâmica dos espaços, a regionalização designa uma concentração regional de trocas, ou seja, um aumento mais rápido das trocas entre unidades espaciais situadas em uma mesma parte do mundo do que com o resto. Essas unidades territoriais podem ser o que os franceses chamam de *pays* (região) ou entidades infra estatais. Todos os fluxos ou outros modos de relações são suscetíveis de se regionalizar: fluxos turísticos, migrações ou mobilidades internacionais, ajuda ao desenvolvimento, comunicações, investimentos...

Os fluxos migratórios se desenvolvem no seio de conjuntos regionais compostos por diversos países vizinhos. Do outro lado do Atlântico, as migrações da América do Sul para a América do Norte resultaram na emergência de casais migratórios de uma parte e de outra da fronteira entre o México e os Estados Unidos. No Oriente Médio, por exemplo, as mobilidades entre os Estados árabes do Golfo Pérsico e os países do Maxerreque favoreceram a emergência de um sistema migratório regional (Vignal, 2017). Da mesma forma, a grande maioria dos migrantes da Europa vem de países vizinhos. Ainda que novas maneiras de se informar e de circular tenham abolido certas distâncias, e ainda que a mundialização tenha possibilitado sistemas migratórios inéditos em grandes distâncias, a proximidade geográfica continua sendo um fator determinante no estabelecimento de casais ou de sistemas migratórios regionais (Przybyl, 2018).

A regionalização do mundo é um fenômeno bem documentado em um campo como o comércio internacional de mercadorias, graças a um aparato estatístico de boa qualidade. Não obstante, existem graus desiguais de regionalização. Segundo a ONU, os países europeus realizaram, em média, 68% de seu comércio exterior com outros países europeus em 2018 (ONU, 2019). Em outras partes do mundo, a concentração “regional” do comércio internacional é significativamente menos pronunciada: cerca de 37% no Leste da Ásia, por exemplo, 18% na África Subsaariana, 15% na América Latina e na bacia do Caribe... As estatísticas do comércio também mostram que regionalismo e regionalização não devem ser confundidos porque não há relação sistemática entre esses dois fenômenos.

Frequentemente, o comércio internacional é baixo entre países vizinhos que fazem parte do mesmo acordo comercial. Deste ponto de vista, a União Europeia é uma exceção: os países membros desta organização regional fazem mais de 61% do seu comércio internacional no espaço comunitário, contra 40% do comércio interno no NAFTA, 22% na ASEAN e 16% no Mercosul, por exemplo (ONU, 2019). Essas porcentagens podem ser parcialmente influenciadas pelo número desigual de países membros em cada acordo comercial.

Podemos, de fato, levantar a hipótese de que a participação do comércio interno em um acordo aumenta em função do número de países membros. Mas, diante dos fatos empíricos, esse argumento é frágil: o NAFTA, por exemplo, tem apenas três membros e seu comércio internacional interno é muito superior ao da ASEAN, que

possui dez países membros. A causa dessas diferenças na porcentagem do comércio interno provavelmente se encontra nos níveis maiores ou menores de complementaridade entre as estruturas econômicas dos países membros desses acordos comerciais.

Por outro lado, o comércio internacional pode ser volumoso (como uma porcentagem do comércio dos países envolvidos) entre países que não necessariamente assinaram um acordo. Muitos dos chamados acordos “regionais”, geralmente comerciais (mais de 400 acordos foram notificados à OMC em 2016), são puramente formais e não têm efeito sobre a Geografia do comércio internacional. Muitos estudos de caso empíricos confirmam a discordância entre regionalização e regionalismo.

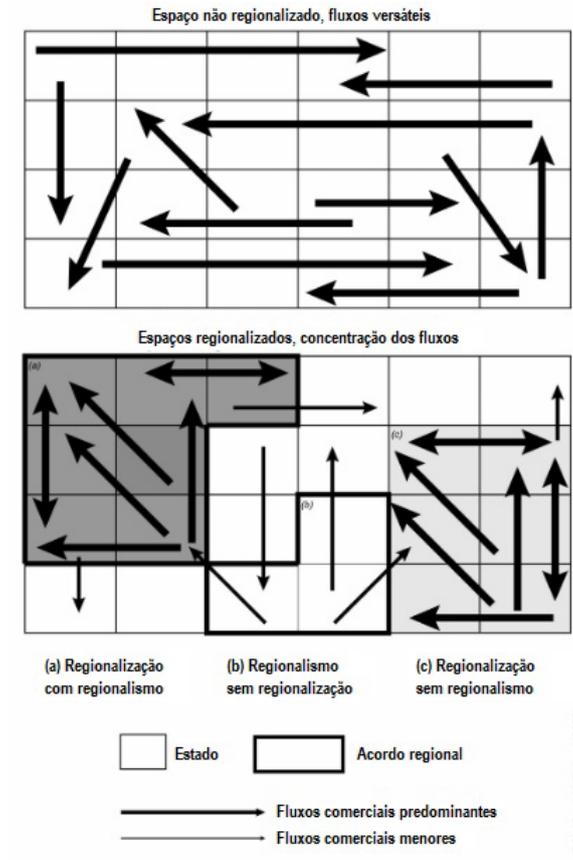
Sabemos, por exemplo, que os países vizinhos da UE realizam há muito tempo a maior parte do seu comércio exterior com os países do bloco. Este tropismo da UE sobre os fluxos comerciais é mais antigo do que a assinatura de acordos comerciais no âmbito da política europeia de vizinhança. Da mesma forma, os países membros da ASEAN comercializam mais com os países do Leste Asiático (China, Japão, Coreia) do que dentro da ASEAN.

Definir melhor a integração macrorregional: a integração macrorregional segundo os geógrafos

Na Geografia, a região é geralmente definida no nível sub-estatal. Mas é possível transpor a ideia de sistema regional para conjuntos de todos os tamanhos, o que equivale a dizer, por exemplo, que existem regiões globais ou macrorregiões (Pinchemel, 1997; Didelon, 2013). No sentido geográfico, a integração macrorregional refere-se à criação, ao aumento e ao aprofundamento de interações entre unidades territoriais inicialmente distintas, mas contíguas, localizadas em vários países vizinhos. O processo se move na direção da construção de sistemas regionais autônomos multiestatais espacialmente contínuos.

Dentro desses grandes conjuntos, as interações entre as unidades espaciais constituintes são mais fortes do que com unidades espaciais localizadas fora. Os conjuntos macrorregionais assim construídos se intercalam entre a rede de Estados e a escala global. Eles podem articular os territórios adicionados de vários países vizinhos contíguos inteiros ou apenas porções dos territórios desses países (Figura 2).

Figura 2. Integração regional: redução dos efeitos de fronteira



Fonte: dos próprios autores.

Em Geografia, uma macrorregião não é uma construção puramente formal, apenas construída institucionalmente, isto é, com base em um acordo regional entre os governos de países vizinhos. Qualquer macrorregião é, sobretudo, uma construção social multiestatal que resulta do entrelaçamento das práticas de atores de toda natureza e de todos os níveis: governos, mas também empresas, sociedades civis, indivíduos, redes, empresários da diáspora, estudantes etc. Portanto, pode ser útil observar a integração macrorregional na interface de processos *top-down* e *bottom-up*, impulsionados de cima pelos governos e realizados de forma mais espontânea por outros atores no quadro das relações horizontais transestatais.

Ao aprofundar a análise, podemos refinar a definição de integração macrorregional: em primeiro lugar, esta expressão designa ou um processo (integração em andamento) ou um estado de coisas (integração realizada). Em segundo lugar, a integração pode ser setorial ou global: no primeiro caso, diz respeito a uma ou mais áreas-alvo (comércio de bens, mobilidade de pessoas, redes de transporte, por exemplo); na segunda, aplica-se a um número crescente de áreas até abranger todo o campo social em sentido amplo. Em terceiro lugar, o sistema macrorregional resultante da integração forma um todo espacial contínuo, que, por vezes, abrange territórios inteiros e, em outros casos, abarca apenas partes dos territórios dos países vizinhos.

A integração é bem-sucedida quando não há mais efeitos de barreira dentro do sistema macrorregional. O sistema é caracterizado, em teoria, por uma grande fluidez espacial interna. Podemos estabelecer tipologias de sistemas macrorregionais usando critérios geográficos: sistemas monocêntricos polarizados, sistemas policêntricos etc. Podemos levantar a hipótese de que o sistema macrorregional que inclui a UE e os países da vizinhança é simultaneamente policêntrico e monocêntrico: por um lado, a UE é uma construção complexa sem um verdadeiro centro dominante; por outro lado, a UE, devido ao seu tamanho, polariza claramente seu entorno imediato em um nível funcional.

Finalmente, existem vínculos não sistemáticos entre regionalismo, regionalização e integração macrorregional. A concentração regional do comércio pode, de fato, ser resultado do regionalismo (multilateralismo regional por iniciativa dos países vizinhos que decidem intensificar seu comércio e cooperação). Ela também pode ser o sinal visível da construção de um sistema macrorregional integrado.

Nenhuma integração macrorregional chegou ao fim no mundo

Dois autores não geógrafos, mas muito sensíveis ao espaço, abordaram o tema do novo regionalismo (não apenas macro) em sentido geográfico e dinâmico. B. Hettne e F. Söderbaum (1998) propõem uma concepção baseada na noção de região como uma construção social. Segundo eles, a integração consiste em passar de um grau a outro na escala de *regionness*. A palavra poderia ser traduzida pelo neologismo “regionalidade” ou pela expressão “grau de integração regional”. Integração é o processo pelo qual uma parte do espaço, independentemente de seu tamanho, é gradualmente “preenchida” com suficiente substância econômica, institucional, política, cultural, identitária etc., para se tornar um sistema distinto e ser finalmente percebido como tal por seus habitantes e por outros.

Em 1998, B. Hettne e F. Söderbaum distinguiram três graus de regionalidade: o estágio “pré-regional” em que ainda não vemos regiões, o que eles chamam de regiões potenciais ou protoregiões; depois, a fase em que se inicia a integração macrorregional sob diversas formas (cooperação regional intergovernamental, integração mais profunda liderada pelos governos, integração funcional pelo mercado ou provocada pelo surgimento de práticas sociais em diversos campos); enfim, a formação de uma região suficientemente constituída para se tornar um ator (sujeito atuante) dotado de identidade, capacidade de ação política, estruturas institucionais capazes de tomar decisões legítimas aos olhos de uma sociedade civil transnacional. Em outras palavras, a integração é bem-sucedida quando o todo regional se torna uma sociedade.

Em 2000, os referidos autores distinguiram cinco graus na escala de regionalidade: a região da unidade geográfica, a região do sistema social, a região dos mecanismos elementares de segurança, a organização regional e depois a sociedade regional produzida por esta organização. A ideia fundamental é a mesma. O grande mérito desses autores foi demonstrar que é possível e desejável estudar a integração de

forma multiescalar e global – ou seja, levando em consideração todos os domínios ao mesmo tempo (Hettne, 1999) –, e dando um amplo espaço às práticas. A região não é algo que já existe e que você só precisa descobrir. Ela é uma construção dinâmica, que não é inevitável porque a integração é um processo reversível.

À luz desses elementos, duas hipóteses podem ser formuladas. Em primeiro lugar, até o momento, nenhuma integração macrorregional (no sentido de um sistema funcional multiestatal) chegou ao fim no mundo. A experiência mais avançada é a União Europeia. Ela forma um grande mercado único, mas não é um todo perfeitamente integrado. O derradeiro grau de regionalidade não foi atingido na UE: as lógicas nacionais continuam poderosas no perímetro comunitário; os efeitos fronteiriços internos persistem; as populações somadas dos países membros não formam uma sociedade; a UE não é um referente identitário que se impõe ao referente nacional, também não é um ator nas relações internacionais em muitos domínios e pouco parece como tal para os próprios cidadãos europeus e para os cidadãos de países terceiros.

Em segundo lugar, à luz da distribuição geográfica do intercâmbio de pessoas e bens, nós podemos levantar a hipótese de que UE não constitui um sistema macrorregional por si só. Nesta parte do mundo, é provável que um sistema macrorregional maior englobe o espaço comunitário europeu e muitos países da vizinhança (Beckouche; Ricardo, 2013). Tal hipótese também parece ser verdadeira no Sudeste Asiático. Na ASEAN, o comércio é pouco regionalizado, pois o comércio interno de mercadorias não ultrapassa 23% do comércio internacional total dos países-membros. Por outro lado, o comércio é muito volumoso com a China, assim como com o Japão, Coreia do Sul e Taiwan. Também sabemos que as províncias do sul da China (Guangxi e Yunnan) estão funcionalmente estritamente ligadas à península da Indochina (Fau; Franck, 2019).

Integração macrorregional: um equívoco metodológico

Aferir, medir, avaliar e comparar as integrações macrorregionais é um problema formidável que confronta o pesquisador com dificuldades que nem sempre são resolvidas. Perante um objeto tão complexo como a integração macrorregional que, na sua forma mais exitosa, tem em conta critérios como a emergência de uma identidade regional ou a partilha de representações sociais comuns e que pode integrar apenas parcelas de territórios nacionais em sua dinâmica, dados e dicotomias tradicionais (abordagens qualitativa/quantitativa) não são os melhores aliados do pesquisador.

É certo que a análise da integração macrorregional pressupõe meios consideráveis com protocolos harmonizados para tornar os resultados comparáveis em todas as unidades territoriais observadas. Também é certo que, no estado atual dos trabalhos de integração macrorregional, avançamos por tentativa e erro e temos dificuldade em experimentar um método universal.

No âmbito de uma abordagem quantitativa, a maioria dos bancos de dados que permitem medir a regionalização do comércio, de investimentos, de migrações, de fluxos de estudantes etc. estão disponíveis em nível estatal. Mas alguns temas são mal-informados (ou até não informados) e muitos países têm serviços estatísticos fracos ou inexistentes, deixando grandes partes do mapa-múndi em branco. Isso torna perigosa a construção de bancos de dados globais de fluxos entre países e, por vezes, impossibilita a construção de matrizes origem/destino de fluxos e interações que permitissem ao menos uma representação cartográfica precisa da regionalização.

Por exemplo, uma matriz mundial de um tema, aparentemente bem documentado, como as migrações internacionais, teria muitas deficiências, o que a tornaria inutilizável. Já no âmbito do comércio, ao lado de bancos de dados tradicionais, existem alguns dados nos registros aduaneiros, por exemplo, mas que raramente são comunicados e nem sempre são utilizáveis.

Em um contexto em que a integração macrorregional funcional por vezes abrange apenas parte do território de um ou mais países vizinhos, o problema das fontes é ainda mais agudo porque os bancos de dados que guardam informações sobre movimentos de pessoas, bens, capitais, serviços etc. raramente existem no nível das unidades territoriais subnacionais. Portanto, não é possível saber, em quase todos os casos, com quem as regiões (ou cidades) dos países estão realizando interações.

À primeira vista, podemos pensar que é possível superar essa dificuldade ligada às redes de coleta estatística trabalhando em um estudo de caso monográfico geograficamente restrito para se construir uma matriz regional mais qualitativa. Porém, corremos o risco de fazer interpretações errôneas porque, neste caso, não há comparações possíveis com outros conjuntos. A vantagem de construir um banco de dados regional isolado permanece limitada porque, justamente, só podemos identificar a integração ou a regionalização de um grupo se formos capazes de construir um quadro mais amplo que dê um contexto geral de referência, passando de uma escala para outra e realizando comparações com diferentes partes do mundo.

A dificuldade é a mesma no contexto de uma abordagem qualitativa baseada em pesquisas de campo, em contagens diretas (limitadas a um horizonte limitado), em observação e análise das práticas dos atores etc. Deparamo-nos com a contradição do espaço escolhido *a priori*, onde postulamos que existe integração ou regionalização, o que só pode ser comprovado aqui se conseguirmos re-situar esse espaço em um contexto mais amplo, o que é possível por meio de métodos quantitativos.

A pesquisa de campo multissituada permanece, no entanto, como uma necessidade para se observar a realidade empírica dos processos, questionar os atores sobre seus sentimentos, escolher os locais de observação mais relevantes, como certas fronteiras internacionais, que permanecem sendo laboratórios de cooperação entre territórios e sociedades, pontos de conexão que permitem pensar os laços de vizinhança e os múltiplos pertencimentos territoriais.

No estado atual dos dados disponíveis, deve-se admitir que não se pode medir com precisão a integração ou a regionalização em todos os níveis, em todas as áreas e em todas as partes do mundo. Essa observação pode levar o pesquisador a se con-

centrar mais em “indicadores de regionalidade” derivados de métodos qualitativos e quantitativos (De Lombaerde, 2006; Deblock, 2017).

O novo regionalismo, baseado em uma abordagem construtivista da região, nos convida a pensar a integração como uma elevação dos níveis de *regionness* ou regionalidade. Nessa perspectiva, a região, seja qual for seu tamanho, é uma construção social e cada nível de regionalidade corresponde a uma densidade crescente de interações sociais no interior desse espaço. Isso vai desde a simples cooperação intergovernamental regional à integração informal por meio do mercado, até a formação de uma região que se tornou um ator nas relações internacionais dotado de uma identidade, sendo percebida como tal. Em teoria, o método para medir a integração é simples: basta definir e calcular indicadores que levem em conta cada nível de regionalidade.

No entanto, a produção de um indicador de referência, como aqueles que, às vezes, são fornecidos pelo Banco Mundial ou pela UNCTAD de maneira setorial, está frequentemente sujeita a críticas. A escolha das variáveis, a distribuição entre dados quantitativos e qualitativos, o método de coleta dos dados em campo, o nível de cooperação dos Estados que devem apresentar os dados etc., são obstáculos a serem superados.

No entanto, a utilidade dos indicadores no exercício de comparação é comprovada. No estudo da integração macrorregional em particular, comparação e medição andam de mãos dadas. A sua associação tem uma grande importância metodológica porque é necessariamente através dela que podemos observar e compreender este processo em permanente evolução no tempo e no espaço. Um indicador de medição comum permitiria levar em conta esses dois aspectos. Trata-se de um “canteiro de obras” que deve imperativamente ser aberto e colocado na agenda dos pesquisadores que analisam as regionalizações do mundo.

Conclusão: a importância de pensar as dimensões regionais do mundo

O momento é da globalização. Vivemos na era da conexão generalizada, das redes, das metrópoles globais e da economia do arquipélago. Os circuitos da economia transgridem a rede dos Estados, há muito ultrapassados pelos circuitos de intercâmbio. No entanto, as relações entre atores políticos, sociais e econômicos permanecem parcialmente determinadas pela proximidade geográfica. Certas restrições espaciais, dentre as quais a distância, continuam a pesar no comércio.

Alguns autores chegam a expressar desconfiança em relação à ideia de globalização. Hettne e Söderbaum (2000) acreditam, por exemplo, que as Ciências Sociais devem ir além do que chamam de “mistificações do conceito de globalização”, que não deveria ser interpretado literalmente. Além disso, muitos indícios levam o observador atento a pensar que a governança global está definhando. É nesse contexto que se constrói uma escala intermediária entre o local/nacional e o mundial: a da

macrorregião multiestatal.

A regionalização do mundo e a integração macrorregional oferecem uma grade de leitura mais em sintonia do que aquela da globalização com certas realidades políticas, econômicas e sociais do mundo contemporâneo. Especialmente porque esta escala pode muito bem ser a mais relevante para lidar com algumas questões importantes. De fato, pode ser eficaz cooperar regionalmente, de maneira mais ou menos aprofundada, em áreas como a gestão da migração internacional, meio ambiente, segurança, energia, planejamento, transporte... por dois motivos. Por um lado, os problemas e desafios relacionados a esses temas não param nas fronteiras dos Estados porque são inerentemente transnacionais, o que torna necessário se tirar partido da vizinhança geográfica. Por outro lado, quando se prevê uma cooperação profunda, esta pode ser mais fácil entre países vizinhos cujos habitantes compartilham certas preferências e comportamentos.

A proximidade de valores, por vezes correlacionada à intensidade das relações e interações sociais e culturais, pode facilitar a partilha de normas, que é uma condição para uma integração aprofundada. Ao colocar o espaço e a região como produções sociais no centro de seu argumento (Lefèbvre, 1974; Paasi, 2010), a Geografia pode dar uma poderosa contribuição para o esclarecimento de noções-chave como integração macrorregional, regionalismo e regionalização, cujas definições permanecem flutuando em um número significativo de trabalhos científicos. Mas, a Geografia deve assumir o seu lugar neste campo num espírito de descompartmentalização, desenvolvendo iniciativas de investigação interdisciplinares.

Os geógrafos trariam seu conhecimento sobre a região, sua capacidade de trabalhar em diferentes escalas, sua íntima relação com o espaço e o terreno, seus métodos (quantitativos e qualitativos) e seu *know how* em termos de representação cartográfica. As possibilidades de interações e trocas com os economistas, politólogos, historiadores, juristas, internacionalistas e sociólogos são numerosas e geralmente fecundas.

A reflexão engajada em um certo número de trabalhos recentes objetiva estabilizar o vocabulário em uso e elaborar métodos e ferramentas que permitam aferir e medir a integração macrorregional. Este artigo faz parte desse esforço de esclarecimento e de engajamento dos geógrafos no campo dos estudos macrorregionais (ou *area studies*) nos quais a análise de redes, de circulações de todos os tipos e de espaços de contato está no centro de uma abordagem relacional de territórios (Lewis; Wigen, 1999; Brenner, 2004). Para além do posicionamento científico, a reflexão e a ação macrorregional oferecem uma oportunidade de renovar um certo número de práticas econômicas, políticas, ambientais... em um mundo onde tudo não está globalizado.

Referências

- ALLEN, J.; COCHRANE, A.; MASSEY, D. **Re-thinking the Region**. London: Routledge, 1998.
- ANDERSON, A.; WEVER, E. Borders, Border Regions and Economic Integration: one world, ready or not. **Journal of Borderlands Studies**, n. 18, p. 27-38, 2003.
- ARRAULT, J-B. Géographie et mondialisation. Les géographes français face à la crise des années 1930. **Annales de Géographie**, n. 657, p. 493-512, 2007.
- BALASSA, B. **The theory of Economic Integration**. Homewood: Richard Irwin, 1961.
- BALDWIN, R. A domino theory of regionalism. **NBER Working Paper**, n. 4465, 1993.
- BALDWIN, R. The causes of regionalism. **The World Economy**, n. 20, v.7, p. 865-888, 1997.
- BALDWIN, R.; VENABLES, A. Regional economic integration. In: GROSSMAN, G. M.; ROGOFF, K. (eds.). **Handbook of International Economics**. Amsterdam: Elsevier, 1995.
- BALDWIN, R.; FRANCOIS, J.; PORTES, R. The costs of benefits of Eastern enlargement. The impact of the EU and Central Europe. **Economic Policy**. A European Forum, n. 24, p. 127-176, 1997.
- BAUELLE, G.; CHARLES-LE BIHAN, D. **Les régions et la politique de cohésion de l'Union européenne**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2017.
- BAUELLE, G.; MERENNE-SCHOUMAKER, B. **Le développement territorial en Europe. Concepts, enjeux et débats**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2011.
- BECKOUCHE, P. **Les régions Nord-Sud**. Paris: Belin, 2008.
- BECKOUCHE, P.; GRASLAND, C. *et al.* **Europe in the World. Territorial visions and evidence**. Paris/Luxembourg: CNRS/Diact/Université Paris 7 Denis Diderot/ Université Paris 1 Panthéon Sorbonne/Espon Programme, 2008.
- BECKOUCHE, P.; RICHARD, Y. **Atlas de la grande Europe**. Paris: Autrement, 2013.
- BOUDEVILLE, J. R. **Les espaces économiques**. Paris, PUF, 1964.
- BOUDEVILLE, J. R. **Aménagement du territoire et polarisation**. Paris: Litec, 1973.
- BOULINEAU, E. Pour une géographie politique de la coopération territoriale. **L'Espace Politique**, n.32, 2017.
- BRAUDEL, F. **Civilisation matérielle, économie et capitalisme XVe – XVIIIe siècle**, volume 3. Le temps du monde. Paris: Armand Colin, 1986.
- BRENNER, N. **New State Spaces: urban governance and the rescaling of statehood**. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- CARRIZO, S.; VELUT, S. Energy transitions and regional integration in South America. In: CARGNIN, A.; RÜCKERT, A.; DE OLIVEIRA RAMOS, B. **Territorial Planning and La Plata Basin Borders**. Porto Alegre: Letra1, 2018, p. 167-188.
- CLAVAL, P. **Régions, nations, grands espaces. Géographie générale des ensembles territoriaux**. Paris: Marie-Thérèse Génin, 1968.

- CLAVAL, P. **Initiation à la géographie régionale**. Paris: Nathan, 1995.
- DABINETT, G.; RICHARDSON, T. The europeanization of spatial strategy: shaping regions and spatial justice through governmental ideas. **International Planning Studies**, n. 10, p. 201-218, 2005.
- DE BOE, P.; GRASLAND, C.; HEALY, A. Spatial integration. In: **Study programme on European spatial planning**, n. 14. Final Report, 1999.
- DEBLOCK, C. L'indice d'intégration régionale en Afrique. **Revue Interventions économiques. Hors-série Transformations**, p. 10-13, 2017.
- DECOVILLE, A.; DURAND, F.; SOHN, C.; WALTHER, O. Comparing cross-border metropolitan integration in Europe: Towards a functional typology. **Journal of Borderlands Studies**, n. 28, p. 221-237, 2013.
- DE RUFFRAY, S. **L'imprécision et l'incertitude en géographie. L'apport de la logique floue aux problématiques de régionalisation. Mémoire d'habilitation à diriger des recherches**. Paris: Université Paris 7, 2007.
- DIDELON, C.; GRASLAND, C. (Org.). **Europe in the World**. Paris: CNRS/Diact/Université Paris 1 Panthéon Sorbonne/Université Paris 7 Denis Diderot, 2007.
- DIDELON, C. **Le Monde comme territoire; pour une approche renouvelée du Monde en géographie**. Rouen: Université de Rouen, Thèse d'habilitation à diriger des recherches, 2013.
- DIDELON, C.; DE RUFFRAY, S.; BOQUET, M.; LAMBERT, N. Un monde d'interstices. Apport de la logique floue pour l'analyse des cartes interprétatives. **Le monde des cartes**, n. 209, p. 71-82, 2011.
- DOLLFUS, O. **L'espace monde**. Paris: Economica, 1994.
- ELISSALDE, B.; SANTAMARIA, F. **Lexique de l'aménagement du territoire européen**. Paris: Lavoisier, 2008.
- FALUDI, A. The learning machine: European integration in the planning mirror. **Environment and Planning A**, n. 40, v.6, p. 1470-1484, 2008.
- FAU, N.; FRANCK, M. **L'Asie du sud-est**. Paris: Armand Colin, 2019.
- FRANKEL, J.; STEIN, E.; WEI, S.-J. Trading blocs and the Americas: the natural, the unnatural, and the supernatural. **Journal of Development Economics**, n. 47, 1, p. 61-95, 1995.
- FRÉMONT, A. **Europe, entre Maastricht et Sarajevo**. Montpellier: Reclus, 1996.
- GEMDEV. **Mondialisation**. Les mots et les choses. Paris: Karthala, 1999.
- GIRAULT, C. Intégration et coopération régionale en Amérique du Sud. In: GIRAULT, C. **Intégrations en Amérique du Sud**. Paris: Presses de la Sorbonne nouvelle, 2009, p. 39-61.
- GOTTMANN, J. **A Geography of Europe**. New York: Henry Holt, 1962.
- GRASLAND, C.; VAN HAMME, G. La relocalisation des activités industrielles: une approche centre-périphérie des dynamiques mondiale et européenne. **L'Espace Géographique**, n. 39, p. 1-19, 2010.
- HAAS, E. The challenge of regionalism. **International Organization**, n. 12, v.4, p. 440-458, 1958.

HANSEN, P. A.; SERIN, G. Integration strategies and barriers to co-operation in cross-border regions: case study of the Øresund Region. **Journal of Borderlands Studies**, n° 22, p. 39-56, 2007.

HARTSHORNE, R. The nature of Geography: a critical survey of current thought in the Light of the past. **Annals of the Association of American geographers**, n° 29, p. 171-658, 1939.

HETTNE, B. Globalization and the New Regionalism. In: HETTNE, B.; INOTAI, A.; SUNKEL, O. (eds.). **Globalism and the New Regionalism**. Helsinki: **United Nations University/World Institute for Development Economics Research**, 1999, p. 1-24.

HETTNE, B., SÖDERBAUM, F. The New Regionalism Approach. **Politeia**, n. 17, v.3, p. 6-22, 1998.

HETTNE, B.; SÖDERBAUM, F. Theorising the rise of regionness. **New Political Economy**, n. 5, p. 457-472, 2000.

HOFFMANN, S. A new world and its troubles. **Foreign Affairs**, n. 69, v.4, p. 115-122, 1990.

HOFFMANN, S.; KEOHANE, R. (Org.) **The new European Community: decision making and institutional change**. Boulder: Westview Press, 1991.

HUGON, P. A new theoretical challenge. Regionalism and international change. The cases of East Asia and Subsaharan Africa. In: PAGE, S. (ed.). **Regions and development. Politics, security and economics**. London: EADI, 1999.

HUGON P. (Org.) **Les économies en développement à l'heure de la régionalisation**. Paris: Karthala, 2003.

JUILLARD, E. A propos de la notion de région géographique. **L'Homme**, n. 1, 3, p. 109-111, 1961.

JUILLARD, E. La région: essai de définition. **Annales de géographie**, n. 386, p. 483-499, 1962.

KEOHANE, R.; NYE, J. **Power and Interdependance**. New York: Adison Wesley, 1977.

KRUGMAN, P. The move toward free trade zones. **Policy implications of trade and currency zones**. Kansas City: Federal Reserve Bank, p. 7-42, 1991.

KRUGMAN, P. Regionalism versus Multilateralism: analytical notes. In: DE MELO, J.; PANAGARIYA A. (eds.). **New Dimensions in Regional Integration**. Cambridge: Center for Economic Policy Research, Cambridge University Press, 1993, p. 58-79.

LEE, R. Integration. In: GREGORY, D.; JOHNSTON, R.; PRATT, G.; WATTS, M.-J.; WHATMORE, S. (eds.). **The Dictionary of Human Geography**. Chichester: Wiley-Blackwell, 2009, p. 387-388.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.

LEWIS, M.; WIGEN, K. A maritime response to the crisis in area studies. **The Geographical Review**, n. 89, v.2, p. 161-168, 1999.

MAMADOUH, V.; VAN DER WÜSTEN, H. Échelles et territoires du système de gouvernance européen. In: ROSIÈRE, S.; COX, K.; DAHHLMANN, C.; VACCHIANI-MARCUZZO, C. (dir.). **Penser l'espace politique**. Paris, Ellipses, 2009.

MANSFIELD, E. D.; MILNER, H. V. **The political economy of regionalism**. New York: Columbia University Press, 1997.

MARCUSE, P. The enclave, the citadel, and the ghetto: what has changed in the post- Fordist US city. **Urban Affairs Review**, n. 33, p. 228-64, 1997.

MAREÏ, N.; RICHARD, Y. Méthode: la difficile mesure de l'intégration régionale et de la régionalisation. In: MAREÏ, N.; RICHARD, Y. **Dictionnaire de la régionalisation du monde**. Atlande: Neuilly, 2018, p. 68-71.

MARFAING, L.; WIPPEL, S. (Org.). **Les relations transsahariennes à l'époque contemporaine: un espace en constante mutation**. Paris: Berlin/Karthala/ZMO, 2004.

MARTIN, J.-P.; NONN, H. La notion d'intégration régional. **Travaux de l'Institut Géographique de Reims**, n. 41-42, p. 33-46, 1980.

MEDINA-NICOLAS, L. Central American borders at the core of the regional integration process. **Geopolitics**, n. 12, p. 78-108, 2007.

MEDINA-NICOLAS, L. Les frontières de l'isthme centraméricain, de marges symboliques à des espaces en construction. **Espaces et sociétés**, n. 138, p. 35-50, 2009.

MONTELLO, D. Regions in Geography: process and content. In: DUCKHAM M.; GOODCHILD, M. F.; WORBOYS, M. F. **Foundations of geographic information science**. New York: Taylor & Francis, 2003, p. 173-189.

ONU. **International Trade Statistics Yearbook 2018**. Department of Economic and Social Affairs. Statistics division, Volume I, Trade by Country. New York: United Nations, 2019.

PAASI, A. Regions are social constructs, but 'who' or 'what' constructs them? Agency in question. **Environment and Planning A**, n. 42, p. 2296-2301, 2010.

PALLE, A. Énergie. Les strates de l'intégration. In: MAREÏ, N.; RICHARD Y. In: **Dictionnaire de la régionalisation du monde**. Atlande: Neuilly, 2018.

PINCHEMEL, G. **La face de la Terre**. Paris: Armand Colin, 1997.

POON, J. The cosmopolitanization of trade regions: global trends and implications, 1965-1990. **Economic Geography**, n. 73, p. 390-404, 1997.

PRZYBYL, S. Migrations internationales: couples migratoires et systèmes régionaux persistants. In: MAREÏ, N., RICHARD, Y. **Dictionnaire de la régionalisation du monde**. Atlande: Neuilly, 2018, p. 178-180.

REGNAULT, H. Multilatéralisme et accords préférentiels: la fin de l'exception asiatique. **Monde en Développement**, n. 36, 144, p. 75-90, 2008.

REITEL, B.; WASSENBERG B. **La coopération territoriale en Europe. Une perspective historique**. Luxembourg: Office des publications de l'Union européenne, 2015.

RETAILLÉ, D. **Les lieux de la mondialisation**. Paris: Editions Le Cavalier Bleu, 2012.

REYNAUD, A. **Société, espace et justice**. Paris: PUF, 1981.

RICHARD, Y.; ZANIN, C. L'Europe dans la régionalisation de l'espace mondial. **Géocarrefour**, n. 84, 3, p. 137-149, 2009.

RÜCKERT, A.; CARNEIRO, C. Quelle intégration de l'Amérique du Sud ? Les infrastructures de liaison des régions périphériques et les tendances In: Diploweb.com. **La revue géopolitique**, 2018. Disponible em: [https:// www.diploweb.com/Quelle-integration-de-l-Amerique-du-Sud-Les-infrastructures-de-liaison- des-regions-peripheriques-et.html](https://www.diploweb.com/Quelle-integration-de-l-Amerique-du-Sud-Les-infrastructures-de-liaison-des-regions-peripheriques-et.html).

RUSSETT, B. **International regions and international system. A study in political**

ecology. Chicago: Rand Mc Nally and Co, 1967.

SAURUGGER, S. **Théories et concepts de l'intégration européenne**. Paris: Presses de Sciences Po, 2010.

SEYS, F.-O. Des régions territoriales aux régions fonctionnelles, une proposition de classification des régions de l'Union Européenne. **Belgeo**, n. 2, 2019. Disponible em: <http://journals.openedition.org/belgeo/33263>

SIROËN, J.-M. **La régionalisation de l'économie mondiale**. Paris: La Découverte, 2000.

SOHN, C.; REITEL, B.; WALTHER, O. Cross-border metropolitan integration in Europe: the case of Luxembourg, Basel and Geneva. **Environment & Planning C**, n. 27, p. 922-939, 2009.

TAGLIONI, F.; THÉODAT, J.-M. (Org.) **Coopération et intégration. Perspectives pan-américaines**. Paris: L'Harmattan, 2007.

TAILLARD, C. (Org.) **Intégrations régionales en Asie orientale**. Paris: les Indes savantes, 2004.

THOMPSON, W. The Regional Subsystem: A Conceptual Explication and Propositional Inventory. **International Studies Quarterly**, v.17, n.1, p. 89-117, 1973.

TOPALOGLOU, L.; KALLIORA, D.; MANETOS, P.; PETRAKOS, G. A border regions typology in the enlarged European Union. **Journal of Borderlands Studie**, n. 20, p. 67-89, 2005.

VAN OORT, F.; BURGER, M.; RASPE, O. On the economic foundation of the urban network paradigm: spatial integration. Functional integration and economic complementarities within the Dutch Randstad. **Urban Studies**, n. 47, p. 725-748, 2010.

VANDERMOTTEN, C.; DÉZERT, B. **L'identité de l'Europe, histoire et géographie d'une quête d'unité**. Paris, Armand Colin, 2008.

VAYRÛNEN, R. Regionalism: Old and new. **International Studies Review**, n. 5, 1, p. 25-51, 2003.

VIGNAL, L. (Org.) **The transnational Middle East. Places, people, borders**. Abingdon/New York: Routledge, 2017.

SOBRE OS AUTORES

André Roberto Martin

Graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (1977), mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1984) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1993). Livre docente em Geografia Política (professor associado) da Universidade de São Paulo, desde 2007. Professor Titular de Geografia do mesmo Departamento desde 2017. Tem experiência nas áreas de Geografia Urbana, Regional e Política com ênfase em Geopolítica. Tem livros e textos publicados sobre Geografia Política, geopolítica e Geografia Regional, enfocando os temas do regionalismo, do federalismo, das fronteiras e da geo-política global.

Antonio Angelo Martins da Fonseca

Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFBA), doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pós-doutor em Geografia pela Texas A & M University/Estados Unidos e pós-doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFBA.

Bruna Brito Bastos

Mestra em Estudos de Fronteira, pela Universidade Federal do Amapá - UNIFAP. Graduada em Relações Internacionais pela UNIFAP. Pesquisadora com ênfase em Ciência Política, Geopolítica e Meio Ambiente. Participa do Grupo Políticas Territoriais e Desenvolvimento (POTEDDES - UNIFAP) que conta com colaboradores do Brasil e da França, buscando avaliar a relação entre a implementação de políticas territoriais com formas de se promover o desenvolvimento econômico e social, com especial atenção para a Região das Guianas.

Christian Fernando Scaramella

É geógrafo e professor na Universidad de Buenos Aires (UBA) e na Facultad Latinoamericana de Ciencia Sociales (FLACSO – Argentina). Seu campo de pesquisa está centrada na Geografia Política e electoral, nas ferramentas quantitativas e na geo-computação. Além disso, trabalha como consultor no campo da opinião pública e do comportamento eleitoral.

Daniel A. de Azevedo

Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília. Trabalha com a relação espaço político e democracia, e especial interesse em Geografia Eleitoral. Graduado, mestre e doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e realizou estágio em doutoramento em Washington D.C. (American University - Centro de Estudos sobre América Latina) e na Cidade do México (UNAM - Departamento de Geografia). Concluiu pós-doutorado na Universidad Nacional Autónoma de México. É fundador e coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Espaço e Democracia (Gepedem) e editor da Revista Espaço e Geografia (UnB).

Dirceu Cadena

Possui graduação em Geografia pela UFPE (2009). Mestre em Desenvolvimento Urbano pela UFPE (2012) e Doutor em Geografia pela UFRJ (2017), onde também realizou pós-doutorado no período de 2018-2020. Foi bolsista de Doutorado-Sanduiche na École des hautes études en sciences sociales (2015-2016). Atua como Professor Adjunto no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC). É vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território (GEOPPOL), atuando na linha de pesquisa de Política da Paisagem e Política do Patrimônio Cultural.

Iná Elias de Castro

Professora Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordena o GEOPPOL - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política e Território. Tem experiência na área de Geografia Política, desenvolveu estudos sobre o discurso político e o regionalismo na Região Nordeste. Atualmente pesquisa as relações entre o sistema político-institucional e o território, com foco nas escalas políticas e na democracia como problema conceitual e espacial. Nesta perspectiva emergiram as questões relativas ao espaço político e as diferentes formas que ele assume na

relação entre a política e a ordem espacial, o que tem estimulado aprofundamento teórico conceitual e também empírico sobre esses espaços políticos.

Izan Reis de Araújo

Mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2017). Professor de Geografia. Atualmente é Co-Founder e CEO do International Institute for Geopolitics & Strategic Intelligence (IIGSI, USA). É Chairman do Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais (CENEGRI) criado em 2004. Editor Adjunto da Revista *Intellector*. É membro do Laboratório de Geografia Política- GEO-PO/USP. Tem experiência na área de Geografia Humana e Relações Internacionais com ênfase em geopolítica. Seus temas de interesse são: Ciber Security, Climate Change, Supply Chain, Análise dos Sistemas-Mundo, Defesa Nacional e inteligência Geoespacial. As suas pesquisas estão voltadas nas seguintes regiões: Movimentos Antissistêmicos na América Latina, África e Eurasia.

Frédéric Monié

Geógrafo formado pela Universidade de Toulouse II (França) e Doutor em Geografia pela Universidade de Paris III Sorbonne Nouvelle (França). Atualmente professor do departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor visitante da Universidade Pedagógica de Maputo (UPM-Moçambique). Coordenador geral do Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África Subsaariana – GeoÁfrica e editor chefe do Boletim GeoÁfrica.

Guilherme Félix Machado Filho

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com experiência em pesquisa desde o Ensino Médio (CAp-UERJ/ICJr), bacharel e mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), complementação pedagógica pela Universidade Candido Mendes (UCAM) e integrante do grupo de pesquisas GEOPPOL (Grupo de Pesquisa sobre Política e Território), que atua na área relacionada à Geografia Política e ciência política, principalmente sobre temas relacionados à manifestações, movimentos sociais, relação sociedade e Estado e espaço político.

Gustavo Westmann

Graduado em direito e em relações internacionais, é mestre por Berkeley e doutor em política externa pela Jindal Global University, Índia. É autor do livro “Novos Olhares sobre a política Externa Brasileira”, e diretor dos documentários “Brasil, País do Presente” e “Via Sacra da Rocinha: Arte e Resistência na Favela”. Já foi Chefe dos Setores Econômico e Comercial das Embaixadas do Brasil na Itália, na Indonésia e na Índia. Atualmente ocupa a posição de Assessor Internacional da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Gutemberg de Vilhena Silva

Atual Diretor-Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá (FAPEAP). Graduação, Mestrado e Doutorado em Geografia. Realizou dois estágios de pós-doutorado: o primeiro pela Universidade de São Paulo (USP) com bolsa Capes-Pró/Defesa, em 2015, e o seguinte pela Universidade Sorbonne Nouvelle, Paris 3, com Bolsa CNPq/Ciência Sem Fronteiras, em 2016. Pesquisador visitante na Brock University, Canadá (2019). Experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política e Regional, trabalhando principalmente nos seguintes temas: Geografia Política, Relações internacionais e Transfronteiriças dos países que compõem as Guianas. Criou e coordena o grupo de pesquisa Políticas Territoriais e Desenvolvimento (POTEDDES). Coordenador do Mestrado em Estudos de Fronteira (PPGEF) entre 2017 e 2019.

Hervé Théry

Possui graduação em História (1972) e em Geografia (1973) pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne), mestrado em Geografia pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1973), doutorado em Geografia pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1976) e Habilitation à diriger des recherches (Livre docência), pela Université Paris X Nanterre (1994). Atualmente é pesquisador emérito do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), professor da USP (Programa de pós-graduação em Geografia Humana, PPGH). Coordenador editorial da revista Confins Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia do Brasil, Geografia Política, cartografia temática, modelização gráfica.

John Agnew

Professor da Universidade da Califórnia (UCLA). Graduado em Geografia e Política pela Universidade de Exeter (1970). Mestrado (1973) e doutor (1976) pela Ohio State University. Ganhador em 2019 do Prêmio Vautrin Lud, considerado o Nobel da Geografia. Suas principais obras são *Place and Politics* (1987), *The United States in the World Economy* (1987), *Geopolitics* (1998), *Making Political Geography* (2002), *Place and Politics in Modern Italy* (2002), *Hegemony* (2005), *Berlusconi's Italy* (2008, com Michael Shin), *Globalization and Sovereignty* (2009) e várias outras obras de grande divulgação.

José Donizete Cazzolato

Com vasta experiência em Cartografia e Geoprocessamento, tem particular interesse pelas estruturas territoriais (divisão político-administrativa), toponímia e identidade geográfica. Atuou decisivamente na divisão distrital do município de São Paulo (lei 11220/92), e apresentou, na dissertação de mestrado, metodologia para divisão dos grandes municípios em bairros (instância territorial local). Nos anos seguintes, propôs um novo arranjo para a divisão macrorregional do Brasil (descaracterizada com a criação de Tocantins), e analisou a pertinência da regionalização do SUS. Em 2011 publicou “Novos Estados e a divisão territorial do Brasil - uma visão geográfica”, propondo um patamar técnico para o adequado enfrentamento das demandas emancipacionistas de nível estadual.

José Guambe

Possui Doutorado em Geografia pela Universidade Pedagógica – Moçambique (2018). É atualmente professor da Universidade Pedagógica de Maputo. Membro da equipe de coordenação do Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África Subsaariana – GeoÁfrica e do comitê editorial do Boletim GeoÁfrica.

Juliana Nunes Rodrigues

É professora e pesquisadora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (PQ-2) e Jovem Cientista do Estado do Rio de Janeiro (JCNE - FAPERJ). Professora Visitante do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Buenos Aires (UBA). Doutora em Geografia Política pela Université Jean Moulin Lyon 3, França, tendo realizado estágio em pesquisa no Instituto de

Sciences-Po, Paris. Coordena o Núcleo de Pesquisas sobre Pactos Político-Territoriais e Desenvolvimento (NUPACT-UFF), junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Desde 2012, é editora da Revista GEOgraphia, Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF.

Kevin Cox

Bacharel em Geografia pela Universidade de Cambridge (1961), mestrado (1963) e doutorado (1966) na Universidade de Illinois. Professor Emérito na Ohio State University. Geógrafo político com fortes interesses nas políticas de desenvolvimento local e regional, na cidade, na história do pensamento geográfico e na África do Sul. Estou particularmente interessado em abordar estes tópicos usando uma estrutura de compreensão marxista.

Leonardo F. Mattos

É Capitão de Mar e Guerra da Reserva da Marinha brasileira, com Mestrado em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval e Mestrado em Estudos Estratégicos pela UFF, e professor de geopolítica e coordenador do núcleo de avaliação da conjuntura da Escola de Guerra Naval. É o Editor Responsável pelo Boletim Geocorrente e Coordenador do Curso de Estratégia Marítima da FEMAR.

Luís Paulo Batista da Silva

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009), mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2012) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2017), com estágio sanduíche na University of East Anglia, Reino Unido. Atualmente é professor do departamento de Geografia e do programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Concluiu estágio de pós-doutorado no departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP). Membro das redes de pesquisa Waterlat/Gobacit, Rede de Pesquisa em Geografia (Socio)Ambiental - RP-G(S)A e Geografia das Águas no Brasil.

Marcelo Alonso Morais

Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Departamento de Geografia do Colégio Pedro II e da Escola Alemã Corcovado. Pesquisa sobre as espacialidades das práticas religiosas, especialmente as umbandistas, a construção de espaço políticos por grupos religiosos e mediação didática inclusiva no Ensino de Geografia.

Michel Foucher

Geógrafo, geopolítico e Diplomata francês. Diretor do IHEDN (Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional) desde 2009. Fundou o Observatório europeu de Geopolítica em Lyon, onde foi diretor até 1998. Colaborou com vários números da Revista *Herodote*, dirigida por Yves Lacoste. Foi Embaixador da França na Letônia (2002-2006). Autor de diversos livros dentre os quais o livro “Obsessão por fronteiras”, publicado no Brasil pela Radical Livros em 2009.

Nora Mareï

Geógrafa, doutora pela Universidade de Nantes. Sua investigação centra-se nas relações entre a circulação de mercadorias e pessoas, infraestruturas de transportes e desenvolvimento territorial nas cidades europeias, mediterrânicas e ocidentais. Em uma abordagem geoeconômica, privilegia reflexões na escala macrorregional, cruzadas com áreas locais e metropolitanas, para apreender as dinâmicas contemporâneas de construção de territórios na globalização e também para analisar as convergências/divergências dos processos que marcam os territórios do Norte e do Sul.

Pablo Ibañez

Doutor em Geografia Humana, com foco em Geopolítica, pela Universidade de São Paulo. Foi pesquisador junto à Organização Panamericana de Saúde (OPAS) e ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) na avaliação das políticas industriais e de inovação. Esteve como pesquisador visitante na Universidade FUDAN, Xangai, responsável pela análise do papel da inovação tecnológica na expansão da *Belt and Road Initiative*. Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde coordena o núcleo de Estado, Políticas Públicas e Instituições do Centro de Estudos Avançados.

Paulo E. A. S. Câmara

Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade de Brasília (1999), mestrado em Botânica pela Universidade de Brasília (2002), mestrado em Ciências pela University of Missouri-Saint Louis (2005) e doutorado em “Plant Systematics and Evolution” pela University of Missouri-Saint Louis e Missouri Botanical Garden (2008). É ainda egresso da turma de 2017 da Escola Superior de Guerra. Atualmente é Professor Associado no departamento de Botânica da Universidade de Brasília. Coordena atualmente projeto de pesquisa no âmbito do Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR. É membro do grupo de especialistas em Briofitas da IUCN e do comitê internacional de nomenclatura de Briofitas da IAPT. É ainda professor colaborador da Escola Superior de Defesa em Brasília.

Rafael Winter Ribeiro

É professor de Geografia Política do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde coordena com Iná Elias de Castro o Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território (GEOPPOL). Atua junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ (PPGG/UFRJ) e ao Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). É editor da Revista Espaço Aberto e pesquisador do CNPq e da FAPERJ.

Rejane Rodrigues

É professora na graduação e na pós-graduação do Departamento de Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio. Líder do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos em Cidadania e Política no Ensino de Geografia, NECPEG, e editora da revista eletrônica Educação Geográfica em Foco. É Mestre e doutora pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi professora no Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, CAP/UERJ, entre 1995 e 2022.

Ricardo Nogueira

Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas; possui mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1994) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2002).

Realizou estágio de Pós-doutoramento na Universidade de Brasília - UNB (2023) Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal do Amazonas, - Revista da Pós Graduação em Geografia da FURG; Boletim Gaúcho de Geografia; e Revista Uáquiri (UFAC) . Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política e Regionalização, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento regional, fronteira, redes geograficas, Amazônia e meio ambiente.

Stéphane Granger

Doutor em geografia pela Universidade de Paris 3-Sorbonne Nouvelle, com uma tese sobre as relações entre a Guiana francesa e o Brasil (2012). Mestre em planejamento urbano pela Universidade de Paris 10-Nanterre (1986). Professor de História e Geografia na Seção internacional brasileira do Liceu Melkior-Garré de Caiena e no Instituto de Formação dos Professores da universidade da Guiana Francesa (INSPE). Membro da comissão científica do OHM-Oyapock (CNRS, França), assume colaborações periódicas com o Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteiras da UNIFAP (Macapá).

Thiago Oliveira Neto

Graduado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas UFAM, foi bolsista em projeto de pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC, desenvolvendo atividades na área de Geografia Política/Geopolítica rodoviária na Amazônia. Realizou no ano de 2014 mobilidade estudantil na Universidade Federal de Santa Catarina e no ano de 2017 cursou o segundo semestre da pós-graduação na USP. Atualmente é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP, membro do Laboratório de Geografia Política GEOPO. Áreas de interesse: Geografia Humana; Geografia Humana da Amazônia; Geografia Política; Geografia regional; geografia, transportes e circulação; geopolítica.

Yann Richard

Professor de Geografia da Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Diretor da l'UFR de Geografia e do l'Institut de Géographie. Diretor-adjunto de l'UMR CNRS e membro do comitê editorial do periódico L'Espace Politique. Coordenador do grupo de trabalho "Integrações regionais no mundo" do laboratório Dynamite. Tem como temas de pesquisa a União Europeia, regionalização e integração regional, geopolítica e regionalização do mundo.

Wanderley Messias da Costa

Professor Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Possui Graduação em Geografia (1976), Mestrado em Geografia Humana (1982) e Doutorado em Geografia Humana (1991) pela Universidade de São Paulo. É Livre-Docente em Geografia Política junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. É especialista em Geografia Política, Relações Internacionais, Meio Ambiente e Amazônia. Atualmente é Vice-Presidente da ABED - Associação Brasileira de Estudos de Defesa.